

# Medida Provisória nº 1965-12, de 2000

**Autoria:** Presidência da República

**Iniciativa:**

**Ementa:**

Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração, e altera o art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

**Assunto:** Jurídico - Direito do Consumidor

**Data de Leitura:** -

**Tramitação encerrada**

**Decisão:** -

**Último local:** 31/03/2000 - SUBSEC. COORDENAÇÃO  
LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

**Destino:** Ao arquivo

**Último estado:** 31/03/2000 - SEM EFICÁCIA

**Matérias Relacionadas:**

Medida Provisória nº 1820 de 1999

Medida Provisória nº 1820/1 de 1999

Medida Provisória nº 1820/2 de 1999

Medida Provisória nº 1914/4 de 1999

Medida Provisória nº 1914/5 de 1999

Medida Provisória nº 1914/6 de 1999

Medida Provisória nº 1914/7 de 1999

Medida Provisória nº 1914/8 de 1999

Medida Provisória nº 1965/14 de 2000

Medida Provisória nº 1965/15 de 2000

Medida Provisória nº 1965/16 de 2000

Medida Provisória nº 1965/17 de 2000

Medida Provisória nº 1965/18 de 2000

Medida Provisória nº 1965/19 de 2000

Medida Provisória nº 1965/20 de 2000

Medida Provisória nº 1965/21 de 2000

**Matérias Relacionadas:**

Medida Provisória nº 1965/22 de 2000

Medida Provisória nº 1965/11 de 2000

Medida Provisória nº 1965/13 de 2000

Medida Provisória nº 2089/25 de 2001

Medida Provisória nº 2089/26 de 2001

Medida Provisória nº 2089/27 de 2001

Medida Provisória nº 2089/28 de 2001

Medida Provisória nº 2089/29 de 2001

Medida Provisória nº 2172/30 de 2001

Medida Provisória nº 2172/31 de 2001

Medida Provisória nº 2172/32 de 2001

## TRAMITAÇÃO

**31/03/2000** CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

**Situação:** SEM EFICÁCIA

**Ação:** A presente Medida Provisória foi reeditada com 2 (dois) dias de antecedência pela de nº 1.965-13, de 30.3.2000, publicada no DOU de 31.3.2000 (Seção I), sem alterações, conforme folhas nºs 52 a 53, anexadas ao processo.

**30/03/2000** CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

**Ação:** Anexada folha nº 51 referente ao Ofício do Líder do Bloco (PMDB/PST/PTN) da Câmara dos Deputados de substituição de membros para compor a Comissão Mista destinada a apreciar a Medida Provisória.

*Publicado no DSF Páginas 5581-5582*

**22/03/2000** CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

**Ação:** Anexadas fls. 44 a 50, referentes à Mensagem nº 216/2000-CN.

*Publicado no DCN Páginas 6127-6135*

**21/03/2000** CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

**Ação:** Decorrido o prazo regimental sem a instalação da Comissão, a matéria é encaminhada à SSCLCN

**14/03/2000** CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

**Ação:** No prazo regimental nenhuma emenda foi adicionada à Medida Provisória.

## TRAMITAÇÃO

**14/03/2000** CN-SACM - SERVIÇO DE APOIO COMISSÕES MISTAS-CN

**Ação:** Convalidadas as emendas de nºs 001 a 009 constantes da Medida Provisória nº 1965-11, nos termos do Ofício CN nº 103/99 (DSF 07.05.1999).

**13/03/2000** SF-ATA-PLEN - SUBSECRETARIA DE ATA - PLENÁRIO

**Ação:** A Presidência comunica ao Plenário adoção da referida medida, em 2.3.2000, e publicada no dia subsequente.  
De acordo com as indicações das Lideranças, fica assim constituída a Comissão Mista incumbida de emitir parecer sobre a matéria, com Senadores e Deputados Titulares e Suplentes, juntamente com o estabelecimento do calendário, anexado ao processado.

À SACM.

*Publicado no DSF Páginas 4224-4225*

*Publicado no DSF Páginas 4204*

**13/03/2000** CN-SSCLCN - SUBSEC. COORDENAÇÃO LEGISLATIVA DO CONGRESSO-CN

**Ação:** Ao Plenário para designação da Comissão Mista, tendo em vista alteração da proporcionalidade partidária na Câmara dos Deputados na presente Sessão Legislativa.

## DOCUMENTOS

## Texto inicial - MPV 1965-

**Data:** 03/03/2000

**Autor:** Presidência da República

**Local:** null

**Descrição/Ementa:** Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração, e altera o art. 1º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.